

Promoção do Acesso à Justiça para a População Negra de Franca e Região

*Da universidade para a materialização da
prática*



CAADI

COORDENADORIA DE
AÇÕES AFIRMATIVAS
DIVERSIDADE E EQUIDADE

Promoção do Acesso à Justiça para a População Negra de Franca e Região

*Da universidade para a materialização da
prática*

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Reitor

Prof. Dr. Pasqual Barretti

Vice-Reitora

Profa. Dra. Maysa Furlan

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. Edson Cocchieri Botelho

Pró-Reitor de Extensão Universitária e Cultura

Prof. Dr. Raul Borges Guimarães

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Diretor

Profa. Dra. Fernanda Mello Sant’Anna

Vice-Diretor

Prof. Dr. Murilo Gaspardo

COMISSÃO EDITORIAL UNESP – CÂMPUS DE FRANCA

Presidente

Profa. Dra. Fernanda Mello Sant’Anna

Membros

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa
Prof. Dr. Alexandre Marques Mendes
Profa. Dra. Analúcia Bueno Reis Giometti
Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
Profa. Dra. Elisabete Maniglia
Prof. Dr. Genaro Alvarenga Fonseca
Profa. Dra. Helen Barbosa Raiz
Profa. Dra. Hilda Maria Gonçalves da Silva
Prof. Dr. José Duarte Neto
Profa. Dra. Josiani Julião Alves de Oliveira
Prof. Dr. Luis Alexandre Fuccille
Profa. Dra. Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina
Prof. Dr. Paulo César Corrêa Borges
Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira
Profa. Dra. Rita de Cássia Aparecida Biason
Profa. Dra. Valéria dos Santos Guimarães
Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino

Eduardo Damasceno e Silva
Gabriela Cardoso dos Santos
Giovana Ferreira da Silva
Giovanna Lima e Silva
Isabella Carvalho Silva
Maria Vitória Santos Belarmino
Pedro Oliveira Silva Junior

Coordenador geral

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa

Promoção do Acesso à Justiça para a População Negra de Franca e Região

*Da universidade para a materialização da
prática*

Câmpus de Franca
2025

unesp 

Todos os direitos reservados ao Grupo de Pesquisa Pensar Negro. É proibida a reprodução total ou parcial sem a expressa anuência do Grupo Pensar Negro.

Projeto de pesquisa

Promoção do Acesso à Justiça para a População Negra de Franca e Região: da universidade para a materialização da prática

Autores

Eduardo Damasceno e Silva Gabriela Cardoso dos Santos
Giovana Ferreira da Silva Giovanna Lima e Silva Isabella
Carvalho Silva Maria Vitória Santos Belarmino Pedro Oliveira
Silva Junior

Coordenador Geral

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa

Pesquisa financiada pela CAADI – Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade.

Fotos realizadas pela equipe de execução ou extraídas das redes sociais.

Promoção do acesso à justiça para a população negra de Franca e região: da universidade para a materialização da prática / Eduardo Damasceno e Silva... [et al.]. – Franca : UNESP, 2025.

55 p.

ISBN: 978-65-86378-28-3

1. Direito. 2. Políticas públicas. 3. Ensino superior. 4. Relações raciais.
I. Título. II. Silva, Eduardo Damasceno e.

CDD – 340

SUMÁRIO

Prefácio	06
Introdução	09
Justificativa	14
1. Das práticas e intervenções	18
1.1 Reflexão com a Comissão da Equidade Racial da OAB de Franca	24
1.2 Reflexão com o Núcleo de Extensão e Pesquisa em Cidadania no Acesso à Justiça (NECAJ)	26
1.3 Reflexão com o Grupo de Alfabetização Paulo Freire (GAPAF)	29
1.4 Oficina com o Cursinho Popular Abdias do Nascimento	33
1.5 Debate aberto do Documentário 13º Emenda	36
2. Do CRAS e Centro POP	40
2.1 Da permanência do Projeto	40
2.2 A recepção do CRAS ao Projeto	43
Considerações finais	49
Agradecimentos	52
Referências Bibliográficas	55

PREFÁCIO

O desafio de estar na universidade pública vai além das exigências acadêmicas, é atravessado pelo embate teórico, simbólico e material que marca, historicamente, a experiência do ser negro/a no Brasil. A partir desta constatação, a presente obra nasce do compromisso de transformar a realidade que nos cerca, inspirada nas experiências individuais e coletivas de pessoas negras que disputam o ambiente acadêmico por permanência, reconhecimento e pertencimento.

O processo de ingresso no ensino superior não é neutro, mas moldado pela superação de obstáculos objetivos e subjetivos que definem diferentes formas de experienciar a universidade pública. Nesse sentido, a criação de novas narrativas impõe a conscientização de enegrecer os espaços, visto que a academia brasileira é construída e estruturada a partir da égide do racismo. Para além de oferecer respostas, a intenção do projeto e, consequentemente, deste livro, é abrir caminhos e dialogar com a comunidade negra, visto que entende-se que ocupar, questionar e transformar os espaços que adentramos são pilares imprescindíveis para que haja um real pertencimento, consagrando essa produção como um ato de resistência e empoderamento. Trata-se de um exercício de escuta, pesquisa, intervenção e escrita que visa reivindicar o direito de ser sujeito do próprio saber.

Enegrecer a universidade pública é mais do que ocupar fisicamente os espaços, visto que é um processo de tensionar os currículos, as práticas pedagógicas, as relações institucionais e a produção de conhecimento. É reivindicar a legitimidade de epistemologias negras e de saberes historicamente subalternizados, silenciados ou inferiorizados pela lógica do olhar branco, elitista e hegemônico. A presença negra no ambiente acadêmico, ainda que muitas vezes solitária, carrega o peso da representatividade e da responsabilidade coletiva. Cada corpo negro na universidade é o reflexo de um projeto político de longa duração, fruto da luta de gerações que, mesmo excluídas dos processos formais de educação, jamais deixaram de sonhar com emancipação, dignidade e justiça social.

Nesse contexto, a obra apresentada é constituída a partir de um processo de escuta, denúncia e combate. As reflexões aqui reunidas decorrem justamente da presença de estudantes negros no ambiente acadêmico, de maneira que o texto se transforma em uma importante ferramenta de enfrentamento ao racismo, ao mesmo tempo, também afirma que outras formas de saber e existir devem ser valorizadas. O protagonismo destacado demonstra a formação ativa de intelectuais que embora estejam em processo de formação acadêmica formal, são, antes de títulos e qualificações, intelectuais orgânicos de seu próprio tempo e espaço, capazes de iluminar debates e fortalecer práticas emancipatórias.

Segundo o jurista Adilson José Moreira, em sua obra “Pensando como um negro: ensaio da hermenêutica jurídica racializada”, o processo de empoderamento pode ser dividido em duas etapas, começando primeiro com a tomada de consciência sobre as diversas formas de opressão que nos acompanha ao longo da vida; e a produção e o compartilhamento de conhecimentos para fortalecer os membros da nossa comunidade. Nesse sentido, a consolidação deste projeto é a recuperação da consciência do eu coletivo, social e político, entendendo a percepção do ser negro como principal caminho para a autonomia.

Esse prefácio é uma saudação e um convite a revisão social, de forma a interpelar cada leitor a refletir sobre a construção e efetivação de direitos, inspirando outras mobilizações e estabelecendo um compromisso de aprofundamento da consciência racial crítica, forjada não somente em salas de aula, mas em todo e qualquer ambiente de sociabilidade.

INTRODUÇÃO

O projeto científico “Promoção do Acesso à justiça para a população negra de Franca e região: da universidade para a materialização da prática” é uma iniciativa que valoriza o estudo e a promoção do acesso à justiça para as populações negras, especialmente em um contexto de desenvolvimento cujo seu mote está relacionado ao projeto “A justiça como proteção(?) mobilização do direito como estratégia de enfrentamento à pandemia do Covid-19 por parte da população negra em Franca e Região”, desenvolvido em 2022/2023 sob financiamento da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI).

Anteriormente, o projeto iniciado em 2022 foi realizado como uma resposta emergencial às demandas da população negra durante o período pós pandemia de Covid-19, momento esse em que as desigualdades sociais e raciais foram escancaradas nas mais diversas regiões do país. Assim, o trabalho realizado buscou mobilizar o direito como estratégia de enfrentamento à pandemia e as desigualdades causadas, principalmente, no âmbito do acesso à justiça.

Ao abordar questões relevantes para a proteção de direitos básicos como qualidade de vida, assistência social e acesso ao judiciário, o projeto foi responsável por denunciar como o racismo institucional atravessa e molda políticas públicas, evidenciado pela falta de assistência adequada às populações mais vulneráveis.

Além disso, a pesquisa também preocupou-se em propor articulação jurídica para a população negra de Franca, instruindo-a para reconhecer e reivindicar seus direitos, de forma individual e coletiva.

A comunicação foi construída de forma integrativa, visto que a equipe de execução do projeto fez visita a órgãos públicos que atuam na linha de frente na resolução das demandas da população negra, como por exemplo, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Franca, Centro de Referência Especializado para a População de Rua (Centro POP), Unidade Auxiliar Centro Jurídico Social (UA-CJS) e Ministério Público (MP-SP Franca). Nesse sentido, o projeto anterior teve um papel importante em fortalecer a ideia de que o acesso à justiça é um direito fundamental para combater as desigualdades raciais, especialmente em situações de crise, como a pandemia.

O projeto atual surge como uma continuidade e evolução do anterior, ampliando o foco do combate emergencial à pandemia para uma agenda mais estruturada e de longo prazo. O objetivo agora é materializar o acesso à justiça de forma prática e permanente para a população negra, por meio da aproximação entre a universidade e a comunidade.

Assim, entendeu-se como necessário o fortalecimento da articulação prática do direito: enquanto o projeto anterior tinha um viés de mobilização emergencial em razão do contexto de necessidade apresentado, este busca construir mecanismos duradouros para que a população negra tenha acesso a informações e serviços jurídicos de forma ampla, acessível e emancipadora.

Para isso, foram construídas estratégias que propuseram o envolvimento universitário direto, visto que a universidade passou a ter um papel central como promotora de justiça, seja através de núcleos de prática jurídica, oficinas ou parcerias com entidades locais, grupos de extensão, grupos de pesquisas e outras instituições. A proposta do novo trabalho consiste em promover o impacto comunitário ampliado, sendo assim, o foco vai além da pandemia, tratando de questões estruturais que impedem o acesso à justiça, como racismo sistêmico, desigualdade econômica e falta de educação jurídica.

Os dois projetos desenvolvidos revelam uma continuidade temática e uma ampliação das estratégias voltadas à garantia de direitos para a população negra, com foco no acesso à justiça e na promoção de uma perspectiva a partir de um direito racializado. Entretanto, cada um se desenvolve num contexto e com objetivos específicos, que se complementam em razão das demandas que se conectam.

Foi importante fazer a avaliação de como os projetos estão relacionados, pois assim foi possível promover acesso para a população negra a partir de ações educativas com viés jurídico. Assim, identificou-se que o racismo estrutural e institucional define-se como eixo central para a percepção acerca de como as pessoas negras são afastadas do pleno exercício dos seus direitos. Portanto, compreendeu-se a mobilização do direito como ferramenta fundamental para o processo de empoderamento da população negra, seja no enfrentamento de crises, como destacado no projeto anterior; ou, na luta contínua por direitos a partir das demandas oriundas da realidade social que essa população vive cotidianamente.

Para construir a nova proposta, foi preciso ocorrer uma nova forma de abordagem acerca do tema. O atual projeto amplia e sistematiza esforços que refletem ações importantes para promover consciência racial, discutindo questões que perpassam pelo letramento racial e jurídico para gerar a participação a partir da conscientização.

Além dos pontos expostos, o novo projeto investe na formação e capacitação, tanto da população negra quanto de estudantes de direito e profissionais da área, promovendo uma conexão entre o ensino universitário e a prática social que ultrapassa os muros da universidade e das instituições públicas e privadas.

Com isso, o foco atual está na criação de instrumentos concretos de letramento e sensibilização para questões raciais, demonstrando a importância do olhar interseccional para atender as demandas da comunidade negra.

Ao identificar a necessidade de uma abordagem mais abrangente e interdisciplinar, foi primordial desenvolver ferramentas para lidar com entraves de ordem burocrática e institucional, mobilizando-se para além das restrições impostas. Entretanto, cabe destacar que a dificuldade para acessar determinados espaços e obter informações relevantes para a consolidação do objetivo final, é também um reflexo de como o racismo dificulta o amplo acesso a informações que podem resultar em políticas públicas de alto impacto para a população em questão.

Mesmo em razão das dificuldades e entraves ao decorrer da construção do projeto – por exemplo, a falta de recursos financeiros para todos os integrantes do grupo – é importante destacar que a equipe realizou uma análise profunda sobre como as questões raciais são vistas e enfrentadas dentro dos espaços que promovem assistência social, seja de forma direta ou indireta. Assim, o relatório aqui apresentado está preocupado em evidenciar o poder hierárquico que existe quando o assunto é analisar o impacto das relações raciais no acesso à justiça e seus desdobramentos não só na teoria, mas essencialmente, na prática.

JUSTIFICATIVA

Sabe-se que o espaço universitário brasileiro é predominantemente branco. DADO. Esse fato reflete o contexto histórico de omissões estruturais e institucionais que afetam as populações vulneráveis*, dentre elas a população negra. Ademais, nesse cenário é possível notar que os debates sobre raça e relações raciais são insuficientes, e por consequência a falta de reflexão desta pauta fortalece a invisibilidade sistêmica e as desigualdades socioeconômicas que a comunidade negra suporta em seu cotidiano.

Além disso, a falta de discussões sobre a temática racial auxilia na perpetuação de estruturas tanto simbólicas como práticas por parte da branquitude, dado que a esta, entendida como um poder social, contribui para a naturalização dos privilégios das pessoas brancas**.

*Para Júlio Camargo de Azevedo, vulnerabilidade trata-se da “situação de predisposição a um risco, ostentada por um sujeito ou grupo, a qual, em razão de determinantes históricas, sociais e culturais, favorece uma condição específica de violação de direitos humanos, reprodutora de situações de desrespeito, subjugação, assimetria de poder ou diminuição da cidadania, ofendendo a existência digna (Azevedo, 2021, p. 66). Ainda complementa que “para a incidência da chamada condição vulnerável, dois elementos estruturantes se fazem presentes: situação de risco e violação de direitos humanos” (Azevedo, 2021, p. 67).

**Nas palavras de Cida Bento, “[...] as instituições públicas, privadas e da sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente

Logo, o combate ao racismo, assim como o acesso à justiça e a materialização dos direitos são prejudicados diante da desigualdade de distribuição de poder. Nessa perspectiva, o espaço universitário, ao negligenciar a relevância do debate racial, colabora para a conservação das estruturas racistas, bem como na reprodução das realidades da população negra historicamente marginalizada***.

Em contrapartida, é importante salientar que a universidade deve atuar como um agente de transformação social, necessitando deslocar-se da neutralidade e assumir sua responsabilidade na construção de uma sociedade equitativa. Para isso, observa-se que é preciso o compromisso com o enfrentamento do racismo estrutural e institucional por meio do letramento racial e de outras práticas que possibilitem a inclusão e o efetivo acesso à justiça.

masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. É claro que elas competem entre si, mas é uma competição entre segmentos que se consideram “iguais” (Bento, 2022, p. 13-14).

***De acordo com Silvio de Almeida, “o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça (Almeida, 2019, p. 25-26). Dessa forma, o racismo se manifesta por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios presentes no cotidiano, os quais decorrem do preconceito racial, uma atitude mesclada com estereótipos racistas, desatenção e ignorância.

No mesmo sentido, a presente pesquisa é uma iniciativa de suma importância diante da realidade excludente e desigual que permeia o acesso efetivo à justiça da população negra no Brasil. Para tanto, a fim de materializar essa responsabilidade, o projeto articula a teoria e a prática, levando os saberes produzidos na academia diretamente à grupos do município de Franca, como instituições públicas, privadas, grupos de estudo, de pesquisa, de extensão, entre outras organizações. A pesquisa de caráter interventivo abrange ações de educação em direitos e promoção de debates críticos sobre raça e justiça, colocando a população negra como protagonista.

Além do mais, o acesso à justiça**** é um direito humano fundamental e condição para a realização de outros direitos, sejam sociais ou políticos. Contudo, percebe-se que a população negra possui barreiras estruturais de natureza econômica, social, cultural e psicológica estando diretamente relacionadas com o racismo. Diante disso, a pesquisa fomenta a aproximação da academia com a sociedade civil e auxilia no enfrentamento desses obstáculos, como também fortalece o modelo de educação sob a perspectiva decolonial, uma vez que resgata narrativas silenciadas e reconhece a importância das relações raciais na construção do sistema jurídico.

****Para Daniela Gabbay, Susana da Costa e Maria Cecília Asperti, “uma agenda de acesso à justiça que faça sentido no Brasil atual é aquela que analisa as escolhas políticas realizadas que, como tal, são influenciadas pelo contexto social e econômico em que estão inseridas, bem como pelo jogo de interesses travado no processo legislativo que culmina em regramentos de teor tanto substanciais quanto procedimentais” (Gabbay *et al*, 2019, p. 157). Ainda, ressaltam que:

Portanto, o presente projeto *“Promoção do acesso à justiça para população negra de Franca e região: da universidade para a materialização da prática”* emerge como uma resposta concreta, urgente e indispensável para a ausência de discussões críticas acerca da raça e das relações raciais que permeiam a sociedade, ao mesmo tempo em que promove a materialização do acesso à justiça em prol da população negra. Através dessa iniciativa, a universidade assume a posição de co-agente social, enfrentando o racismo estrutural e institucional e a branquitude, cumprindo assim sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

“É necessário pensar em uma concepção de acesso à justiça redistributiva, que amplie acesso dos “que não tem”, pelo reconhecimento de direitos e a implementação de políticas públicas voltadas a ultrapassar óbices financeiros e institucionais, mas com a consciência de que essas políticas devem vir em detrimento dos que já tem e concentram o acesso à justiça (Gabbay et al, 2019, p. 177).

1. DAS PRÁTICAS E INTERVENÇÕES

Com o propósito de articular teoria e prática, o projeto foi delineado para fomentar espaços de reflexão crítica e ação concreta, nos quais os participantes pudessem engajar-se ativamente em iniciativas voltadas ao enfrentamento das estruturas racistas, promovendo impactos positivos e transformadores na sociedade.

A primeira estratégia adotada foi o letramento racial, que visava não apenas a conscientização sobre o racismo, mas também a formação de uma visão crítica sobre suas origens históricas e suas manifestações no contexto atual. Essa abordagem educacional foi essencial para desconstruir visões distorcidas sobre a história africana e afro-brasileira, frequentemente marginalizadas ou apagadas do currículo escolar tradicional. Por meio desse processo de letramento, constatou-se que o desconhecimento acerca de histórias e figuras negras não é apenas uma lacuna educacional, mas uma manifestação do racismo estrutural.

Paralelo a isso, um conceito chave que permeou as discussões foi o de “Epistemicídio”, desenvolvido pela filósofa Sueli Carneiro, que denuncia não apenas a marginalização de pessoas negras, mas também o apagamento do conhecimento e das contribuições intelectuais desse grupo, especialmente nos espaços de poder, como as universidades e os centros de produção de saber. Por isso, durante as intervenções, foi enfatizada a importância de referências negras na academia, na política e na cultura, a fim de evidenciar a relevância de seus saberes para o desenvolvimento social.

A partir dessa base de letramento racial, houve uma análise sociológica das estruturas que sustentam as desigualdades raciais, com um foco particular nas dificuldades que a população negra enfrenta para acessar a justiça. A análise revelou como o racismo institucional está profundamente enraizado em diversas instituições, como o judiciário e os órgãos públicos de assistência social, dificultando o exercício dos direitos fundamentais dessa população. Essa análise sociológica incentivou os participantes a reconhecerem as dinâmicas sociais que perpetuam as desigualdades raciais, de classe e gênero, que se entrelaçam de maneira a aprofundar a exclusão social da população negra.

Além da exploração das ferramentas legais tradicionais, como a tipificação dos crimes raciais, o projeto cultivou o entendimento sobre alternativas extrajudiciais, como a mediação comunitária e o fortalecimento de movimentos sociais. As propostas incluíram também a criação de políticas públicas voltadas para a igualdade racial, com a participação ativa de grupos sociais, com especial ênfase nas áreas de educação, saúde e segurança pública. O objetivo era promover não apenas uma justiça formal, mas uma justiça substancial, que garantisse a equidade e o pleno acesso aos direitos fundamentais.

Para ampliar o alcance das discussões e intervenções realizadas, foi criado um perfil na rede social Instagram (@pensarnegroo), que se tornou um importante espaço de diálogo e engajamento. Por meio da plataforma, o grupo promoveu indicações literárias, debates sobre notícias atuais, divulgação dos pesquisadores e das pesquisas conectadas ao trabalho desenvolvido, além de fortalecer as ações do projeto. Essa iniciativa digital foi essencial para expandir o impacto do projeto, alcançando um público mais amplo e diversificado, fomentando reflexões e incentivando a participação ativa de seguidores na luta pela igualdade racial.

Paralelamente, o “World Café”, técnica de facilitação colaborativa que promove discussões abertas e inclusivas, foi utilizado como uma das metodologias de intervenção. Com essa metodologia, os participantes foram divididos em mesas temáticas, nas quais puderam compartilhar experiências pessoais e discutir temas como racismo estrutural, representatividade e acessibilidade ao conhecimento. O “World Café” não apenas favoreceu o diálogo, mas também possibilitou a troca de ideias de forma democrática, permitindo que os participantes refletissem sobre suas vivências e se sentissem ouvidos.

Para mais, a metodologia proporcionou um ambiente de escuta ativa, permitindo que os participantes compartilhassem suas próprias experiências de racismo e refletissem sobre o impacto desse fenômeno em seu cotidiano. A discussão sobre representatividade foi um dos pontos centrais dessa reflexão, pois possibilitou o reconhecimento do papel das figuras negras em diversas áreas da sociedade, desafiando as estruturas racistas que tradicionalmente as excluem.

Ao longo do desenvolvimento das intervenções, foi possível gerar uma compreensão mais profunda das raízes e manifestações do racismo, além de criar um movimento de transformação que impactou positivamente os participantes. O engajamento ultrapassou o âmbito acadêmico, alcançando a ação social por meio de uma rede de apoio coletiva, fortalecendo a resistência e formando agentes de transformação no combate ao racismo.

Em relação às intervenções práticas, estas foram cuidadosamente adaptadas às necessidades específicas de cada grupo, levando em consideração as diversas realidades e contextos. O processo de adaptação das atividades permitiu que as intervenções fossem ajustadas para maximizar seus impactos, bem como entender melhor como o projeto contribuiu para o empoderamento da comunidade negra de Franca e para a conscientização dos grupos que trabalham com essa parte da população.

Logo, além de proporcionar um conhecimento teórico aprofundado sobre o racismo estrutural e institucional, o projeto também cooperou com um movimento de transformação prática, refletido na conscientização e nas ações concretas dos participantes, os quais passaram a se enxergar como agentes de mudança capazes de combater as desigualdades raciais de forma efetiva.

Essa transformação no entendimento e na ação contra o racismo é, sem dúvida, um dos principais legados do projeto.

Em consonância com o que fora exposto, o presente relatório detalhará cada uma das intervenções realizadas, dentro e fora do ambiente universitário, destacando as perspectivas estabelecidas pelo grupo e os resultados alcançados após a atividade.

1.1 REFLEXÃO COM A COMISSÃO DA EQUIDADE RACIAL DA OAB

A primeira intervenção realizada, ocorreu no dia 17 de abril do corrente ano, no qual o grupo teve a honra de ser convidado a participar de uma reflexão conjunta promovida pela Comissão de Equidade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Durante o encontro, foi possível estabelecer um diálogo profundo e enriquecedor, centrado em questões relacionadas às pautas raciais, que contou com a notável presença e participação da Dra. Helen Suzzi de Oliveira e outros profissionais.



Apesar das expectativas elevadas, o evento teve um resultado abaixo das expectativas para todos os envolvidos, pois tratava-se de uma iniciativa aberta ao público em geral, com destaque para a participação dos advogados da cidade de Franca. O grupo dedicou-se intensamente ao planejamento de um evento de porte significativo, elaborando apresentações em slides e dinâmicas que visavam promover uma interação dos participantes. Contudo, o planejamento não pôde ser plenamente executado devido à ausência de público, estando presentes apenas os membros do grupo e as organizadoras, estas últimas aproveitaram a ocasião para expor as dificuldades enfrentadas em um espaço predominantemente masculino e branco, ressaltando os desafios adicionais que encontram, enquanto mulheres negras, para obter maior inserção e participação na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), especialmente na comissão voltada para a equidade racial.

Ainda assim, a ocasião proporcionou um espaço privilegiado para o debate sobre temas fundamentais que envolvem a equidade racial, reforçando a importância do engajamento coletivo e institucional na promoção de reflexões críticas acerca das desigualdades raciais e dos caminhos possíveis para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

1.2 REFLEXÃO COM O NÚCLEO DE EXTENSÃO E PESQUISA EM CIDADANIA NO ACESSO À JUSTIÇA (NECAJ)

No dia 10 de junho de 2024, o coletivo esteve presente em uma reunião de caráter expositivo promovida pelo Núcleo de Extensão e Pesquisa em Cidadania no Acesso à Justiça (NECAJ). O encontro teve como propósito central a promoção de um debate aprofundado e analítico acerca das temáticas relacionadas à cidadania e ao acesso à justiça no contexto brasileiro, com especial ênfase em uma perspectiva crítica e racializada.



A reunião abordou as barreiras estruturais e institucionais que impedem o pleno exercício dos direitos cidadãos, destacando os impactos históricos, sociais e políticos que perpetuam as desigualdades raciais no país. Foram discutidas as profundas disparidades que afetam a população negra, especialmente os obstáculos que dificultam o acesso equitativo ao sistema de justiça e a garantia de direitos fundamentais. O debate focou no letramento racial, promovendo reflexões críticas sobre os desafios enfrentados por pessoas negras no acesso à justiça, com atenção especial à realidade de Franca.

Ademais, a atividade incluiu a proposição de um desafio que instigou os participantes a conceber projetos de lei capazes de contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à efetivação de direitos, com vistas à promoção da justiça social e racial. Essa iniciativa buscou não apenas aprofundar o entendimento acerca das barreiras sistêmicas existentes, mas também estimular a elaboração de soluções concretas e viáveis para a construção de uma sociedade mais justa.

O espaço de diálogo em questão foi idealizado com o objetivo de promover reflexões coletivas e interdisciplinares, fundamentais para a elaboração de estratégias capazes de transformar as práticas jurídicas e sociais em direção a uma justiça mais inclusiva e equitativa. No entanto, os resultados obtidos revelaram um afastamento das expectativas iniciais, uma vez que o grupo percebeu uma notável falta de engajamento por parte dos participantes. Observou-se, de maneira preocupante, uma resistência ou desinteresse frente à abordagem de temas relacionados às pautas raciais, evidenciado pela retirada gradual dos presentes ao longo da atividade. Ao término da iniciativa, apenas uma pequena parcela – inferior a um terço dos participantes iniciais – permaneceu, o que inviabilizou a plena execução da dinâmica proposta e comprometeu o desenvolvimento do desafio planejado.

Tal situação aponta para obstáculos substanciais que ainda permeiam a mobilização e o envolvimento em discussões críticas dessa natureza, evidenciando um significativo desinteresse por parte dos estudantes de graduação da faculdade, o que reflete, em grande medida, a indiferença percebida no ambiente acadêmico, a qual pode ser atribuída tanto à falta de engajamento dos discentes quanto à insuficiência de ações institucionais, especialmente no curso de Direito.

1.3 REFLEXÃO COM O GRUPO DE ALFABETIZAÇÃO PAULO FREIRE (GAPAF)

Em 16 de agosto de 2024, foi estabelecida uma parceria entre o grupo de pesquisa e o Grupo de Alfabetização Paulo Freire (GAPAF), o qual desenvolve um trabalho voltado para a alfabetização de pessoas em situação de rua, por meio da realização de oficinas no Centro POP.



A primeira oficina promovida em conjunto teve como tema central a invasão portuguesa e o início do processo de colonização no Brasil, a metodologia adotada consistiu na leitura e análise crítica de textos que abordavam a perspectiva dos colonizadores, sendo complementada pela exibição de um documentário que apresentava a visão dos povos originários.

Durante a realização da atividade, observou-se uma participação significativa por parte dos usuários do Centro Pop, os quais se mostraram ativamente envolvidos ao compartilhar suas percepções e experiências relacionadas à formação histórica do país, sendo assim, um espaço de aprendizado e intercâmbio de saberes, proporcionando a ampliação do conhecimento dos participantes e o aperfeiçoamento das discussões por meio de suas valiosas contribuições.

Dado o engajamento demonstrado, na data 23 de agosto de 2024, houve uma oficinas subsequentes que teve como continuidade o estudo da história do Brasil, alinhando-se à demanda e ao interesse expressos pelo público. Em decorrência do engajamento demonstrado, no dia 23 de agosto de 2024, foi realizada uma série de oficinas subsequentes que deram continuidade ao estudo da história do Brasil, em consonância com as demandas e interesses manifestados pelo público. A atividade abordou a história da África, tendo como referência a Lei 10.639/91, com o propósito de desconstruir concepções equivocadas e estereótipos enraizados acerca do continente africano, tendo como foco da discussão diversos aspectos, entre os quais o desenvolvimento das sociedades africanas, suas culturas, economias e práticas agrícolas. .

Foram propostas questões provocativas para estimular os participantes a refletirem sobre suas percepções dos povos africanos e do continente, gerando interesse e ampliando seus conhecimentos a partir de vivências próprias e informações fornecidas, na qual, imagens que retratam elementos culturais e artísticos africanos foram selecionadas para essa finalidade. Durante a atividade, observou-se a persistência de estereótipos ligados à miséria e à escravidão, e a abordagem do Mito da Lei Áurea foi feita de maneira positiva, exaltando a Princesa Isabel sem uma análise crítica do contexto histórico, o que limitou uma compreensão mais profunda do processo abolicionista.

Ademais, cabe acrescentar que houve algumas dificuldades logísticas durante o processo, destacando-se a quebra da van institucional, que ocasionou a dispersão dos participantes, limitando a presença a apenas três pessoas que puderam comparecer graças ao transporte disponibilizado pela UNESP, todavia os participantes demonstraram interesse pela continuidade das oficinas na unidade do Centro Pop.

Por fim, considerando que a maior parte dos indivíduos em condição de vulnerabilidade social pertence à população negra e diante dos entraves burocráticos enfrentados ao longo da pesquisa para viabilizar a execução deste estudo junto ao Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, a colaboração com o GAPAF, foi uma oportunidade estratégica para garantir a continuidade e a aplicabilidade da pesquisa. Dessa forma, ao direcionar os esforços para essa parceria, tornou-se viável integrar os achados da investigação ao contexto das atividades realizadas pela instituição, assegurando que os resultados obtidos pudessem gerar um impacto social concreto. Portanto, esse direcionamento não apenas permitiu o avanço da pesquisa em um ambiente já consolidado no atendimento a essa população, mas também contribuiu para a efetivação do compromisso acadêmico e social.

1.4 OFICINA COM O CURSINHO POPULAR ABDIAS DO NASCIMENTO

No dia 12 de setembro de 2024, foi realizada uma oficina organizada pelo grupo em colaboração com o Cursinho Popular Abdias do Nascimento, com o objetivo de promover o letramento racial e aprofundar o debate sobre a importância de referências negras no processo educacional e na construção identitária.



A atividade teve como propósito principal incentivar uma reflexão crítica acerca das estruturas raciais presentes na sociedade, ressaltando o papel fundamental que figuras e produções negras desempenham na formação cultural, acadêmica e social dos indivíduos.

Além disso, buscou-se sensibilizar os participantes quanto à necessidade de reconhecer e valorizar as contribuições históricas e contemporâneas de intelectuais, artistas e líderes negros, enfatizando que a representatividade é um elemento essencial para a promoção da igualdade racial e para o fortalecimento de uma educação antirracista e inclusiva.

A oficina foi iniciada por meio da aplicação da dinâmica “World Café”, na qual a sala foi organizada em dois grupos distintos, cada um coordenado por três integrantes do grupo de execução do projeto. O primeiro momento consistiu na apresentação da dinâmica e na explicação de seus objetivos, com a intenção de engajar os alunos do cursinho em uma reflexão crítica acerca de figuras historicamente relevantes. Nesse sentido, os participantes foram incentivados a refletir sobre quais personalidades importantes conheciam, considerando especialmente se essas haviam sido abordadas em suas respectivas disciplinas pelos professores, e, em seguida, as/os participantes foram estimulados/as a registrarem suas percepções em um papel.

Após o período dedicado à introspecção e ao levantamento dessas referências, os coordenadores reuniram os grupos novamente em uma roda de conversa, promovendo um diálogo mais aprofundado sobre as figuras mencionadas pelos alunos. Durante essa discussão, os participantes foram estimulados a refletir não apenas sobre as personalidades citadas, mas também sobre as lacunas e ausências percebidas, questionando os motivos pelos quais determinadas figuras históricas não são abordadas academicamente ou, quando o são, acabam sendo frequentemente desvalorizadas ou inferiorizadas.

Assim, a dinâmica buscou evidenciar as limitações curriculares e os apagamentos sistêmicos presentes no campo educacional, incentivando os estudantes a desenvolverem um olhar crítico e sensível em relação à representatividade negra e à sua subvalorização ao longo da história.

1.5 DEBATE ABERTO DO DOCUMENTÁRIO 13ª EMENDA

No dia 24 de setembro de 2024, o grupo promoveu um debate aberto e reflexivo acerca do documentário “A 13ª Emenda”. O evento ocorreu de forma remota, por meio da plataforma Google Meet, e teve como objetivo proporcionar um espaço de diálogo crítico e engajado sobre as temáticas abordadas no documentário em conjunto com os alunos de graduação da universidade, incentivando uma participação ampla e plural no encontro. Além dos integrantes do grupo, o debate contou com a valiosa contribuição de dois alunos do primeiro ano do curso de Direito, cuja participação enriqueceu significativamente as discussões, trazendo novas perspectivas e aprofundando a análise das questões apresentadas na obra. A atividade constituiu uma oportunidade fundamental para refletir sobre pautas raciais alinhando-se ao compromisso do grupo com a construção de um pensamento crítico e coletivo.

Inicialmente, o debate concentrou-se nas questões relacionadas à liberdade e ao racismo estrutural, com ênfase na ideia de que a liberdade, no contexto estadunidense, é frequentemente percebida como um conceito ilusório, sendo tratada mais como um privilégio restrito majoritariamente à população branca.

Nesse sentido, ressaltou-se como no Brasil os altos índices de encarceramento afetam de maneira desproporcional a população negra, evidenciando a persistência histórica da exclusão e marginalização social desse grupo.

Além disso, foi discutida a relação entre o sistema penal e o controle racial, destacando-se a maneira como, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, o aparato penal tem sido utilizado como uma ferramenta de dominação racial e controle social. No caso brasileiro, por exemplo, observou-se a existência de leis repressivas, como a Lei da Vadiagem, que historicamente criminalizam práticas associadas à população negra, perpetuando sua marginalização e restringindo seus direitos. Essa dinâmica reflete um vínculo estrutural entre o sistema de justiça criminal e a perpetuação das desigualdades raciais, resultando em um cenário de encarceramento em massa que afeta, predominantemente, pessoas negras.

Outro ponto central da discussão foi a perpetuação de estereótipos raciais e suas implicações. Destacou-se o papel da cultura e da literatura na construção e manutenção dessas representações, utilizando como exemplo a obra *Capitães da Areia*, de Jorge Amado. A partir dessa análise, foram traçadas comparações entre os contextos brasileiro e estadunidense, evidenciando como os negros, em ambos os países, são frequentemente retratados de maneira pejorativa, associados à violência ou à periculosidade.

Essa representação desumanizadora não apenas reforça estereótipos racistas, mas também legitima práticas opressivas e excludentes, contribuindo para a naturalização das desigualdades e para a manutenção de estruturas sociais discriminatórias.

No entanto, apesar do caráter enriquecedor da conversa promovida, é necessário destacar as dificuldades enfrentadas pelo grupo em relação à adesão ao evento. Foram realizados esforços significativos para promover a iniciativa, incluindo ampla divulgação por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens, em grupos relacionados à comunidade universitária. Contudo, apesar de todo o planejamento e da antecipação na comunicação sobre o evento, a participação estudantil foi extremamente limitada, visto que apenas dois alunos estiveram presentes, e ambos se retiraram antes do encerramento das atividades.

Esse cenário evidencia uma realidade preocupante: temas relacionados a debates raciais não parecem despertar amplo interesse entre os graduandos, especialmente aqueles pertencentes ao grupo racial branco, essa apatia torna desafiadora a implementação e a continuidade de discussões dessa natureza, revelando barreiras estruturais e culturais que precisam ser enfrentadas.

Diante do exposto, compreende-se que o debate racial no ambiente acadêmico é uma demanda necessária e deve ser abordado de forma contínua e consolidada, sendo, inclusive, incorporado como elemento obrigatório nas grades curriculares dos cursos, pois desempenham um papel crucial na construção de um conhecimento mais inclusivo, crítico e representativo no espaço acadêmico, uma vez que sua ausência reflete um descaso que precisa ser superado. Tal necessidade é evidenciada, por exemplo, pela manifestação de estudantes do primeiro ano, que demonstraram consciência e interesse em discutir essas questões de forma estruturada e aprofundada no ensino superior, como demonstrado acima. Nesse sentido, destaca-se a relevância de iniciativas e pesquisas que abordam questões raciais, especialmente aquelas conduzidas por pessoas negras, considerando sua contribuição essencial para a construção de um saber acadêmico mais inclusivo, crítico e representativo, capaz de fomentar transformações estruturais no campo educacional e social.

2. DO CRAS E CENTRO POP

2.1 DA PERMANÊNCIA DO PROJETO

A continuidade do projeto “A justiça como proteção(?) mobilização do direito como estratégia de enfrentamento à pandemia do Covid-19 por parte da população negra em Franca e Região no âmbito dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma necessidade premente, dada a relevância dos resultados obtidos e os desafios ainda existentes. Durante os dois anos anteriores, a iniciativa apoiada pela CAADI revelou um cenário preocupante: a inexistência de dados racializados nos equipamentos de assistência social do município de Franca e nos órgãos do sistema de justiça. Tal lacuna evidenciou o racismo institucional como um fator estruturante que dificulta o acesso da população negra à justiça e aos direitos sociais.

Conforme supramencionado, no período de vigência do projeto anterior, entre fevereiro de 2022 e janeiro de 2024, foram realizadas diversas ações significativas que culminaram em avanços importantes. A equipe conduziu entrevistas com órgãos públicos de assistência social e jurídica, buscando compreender as demandas e os entraves enfrentados pela população negra.

Além disso, o projeto se destacou pela promoção de palestras, oficinas e conferências que abordaram questões relacionadas à raça, racismo, inclusão, diversidade, equidade, democracia racial e políticas públicas. Essas atividades foram documentadas em um e-book publicado pela UNESP, viabilizado por financiamento específico, que sintetiza as principais contribuições do projeto e destaca aspectos fundamentais para compreender a realidade e a necessidade da iniciativa, oferecendo subsídios para futuras intervenções.

A pertinência da continuidade da presente pesquisa nos CRAS é justificada pela necessidade de aprofundar as intervenções em duas frentes. Primeiramente, atuar diretamente com os usuários dos serviços de assistência social, promovendo formações sobre direitos e assessoria jurídica, com vistas à redução das desigualdades raciais e sociais. Em segundo lugar, fomentar a cooperação com instituições do sistema de justiça, do ensino superior e entidades de classe, objetivando enfrentar as expressões do racismo institucional e estrutural que impedem o pleno acesso da população negra à justiça.

Essa proposta também se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, especialmente no que tange à “redução das desigualdades” e ao estabelecimento de “paz, justiça e instituições eficazes”. Por meio de uma dinâmica de aprendizado recíproco, com o intuito de levar à comunidade informações valiosas para a promoção de direitos. Além de consolidar os avanços alcançados, aprofundar o enfrentamento ao racismo institucional e estrutural, e garantir que a população negra tenha seu direito à justiça efetivado.

2.2 A RECEPÇÃO DO CRAS AO PROJETO

A organização do CRAS na cidade de Franca é desenvolvida e administrada pela Secretaria de Ação Social do Município e, ao longo do ano de 2024, realizou-se, por inúmeras vezes, tentativas infrutíferas de contato com a coordenadora da Secretaria de Ação Social. Os contatos foram realizados por meio de e-mail e telefone, contudo, a coordenadoria não atendeu nem retornou as ligações, tampouco deu prosseguimento aos e-mails encaminhados. Mediante essas dificuldades, o grupo optou por acessar esses espaços indo diretamente às unidades para entender suas demandas através de seus coordenadores, que, inclusive, demonstraram a necessidade de práticas que viessem a dialogar com a realidade dos usuários. Contudo, apesar da ampla demonstração de interesse ao projeto que foi manifestada por parte das unidades, não foi suficiente para uma assertiva da secretaria.

Além disso, evidencia-se que, desde o início do ano, a Secretaria de Ação Social de Franca criou uma comissão examinadora de solicitações para a atuação de grupos que desejam realizar atividades nos CRAS e no Centro POP. Tal comissão, entretanto, não apresentou nenhuma resposta sobre as diversas solicitações realizadas. Observou-se uma organização sistemática voltada à promoção do afastamento de

extensões e grupos de pesquisa universitários dessas instituições. O único retorno obtido foi a orientação de aguardar o término do período eleitoral para eventuais apurações do projeto.

Por essas razões, foi necessário reorganizar o cronograma de atividades e intervenções do grupo, uma vez que os ambientes onde sua aplicação seria de suma importância foram obstados. Esses obstáculos são, além de prejudiciais para gerar mudanças concretas no período planejado, uma forma de prejudicar a população que se beneficiaria desses resultados e, fatidicamente, acabam por gerar um efeito cascata de impactos negativos. Sobretudo, dificultam a interação entre o campo científico e os grupos populares, isso em decorrência das negativas em tratar de maneira institucionalizada os vetores de desigualdade.

Na cidade de Franca, o período eleitoral se estendeu até o segundo turno, tornando a possibilidade de implementação do projeto ainda mais dificultosa. Apesar disso, o grupo de execução permaneceu ativo aprofundando suas pesquisas e, após uma análise das candidaturas, observou-se que dos candidatos à prefeitura, apenas 3 (três) apresentaram em seus planos de governo políticas públicas voltadas à população negra, sendo que nenhum desses candidatos se autodeclararam como negros, conforme informações disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral e na revista online “O Tempo”.

Diante dessa realidade, o grupo publicou uma carta aberta abordando o contexto eleitoral brasileiro, com ênfase na realidade de Franca, destacando a ausência de planos de governo que contemplassem pautas voltadas à população negra por parte dos candidatos a prefeito e a vereador. O documento também ressalta a escassez de pessoas negras no cenário político brasileiro, evidenciando como essa baixa representatividade reflete o racismo estrutural e a exclusão histórica da população negra dos espaços de poder. Sobretudo, a carta incentivou o voto nos poucos candidatos negros racializados, como forma de fortalecer a luta por políticas públicas que contemplem as demandas e necessidades dessa parcela da sociedade.

O grupo utiliza da rede social “Instagram” também como ferramenta de comunicação com a comunidade em geral e acadêmica, de modo a promover o acesso à informação e dialogar com discussões que influem não somente no cotidiano da população francana, mas sim o contexto de diversos municípios e estados que enfrentam a baixa representatividade e a desatenção por parte do poder público.

Nessa perspectiva, entretanto, foi reeleito um prefeito que declaradamente não acredita na existência do racismo e demonstra desinteresse em implementar políticas voltadas à temática racial, conforme afirmado durante a sabatina "Akilombar"*****, realizada por coletivos negros de Franca momentos antes das eleições, que ocorreu no dia 24 de setembro de 2024. Essa postura reflete a persistência da ideia de democracia racial, difundida por Gilberto Freyre, que idealizou o Brasil como uma sociedade harmoniosa e livre de conflitos raciais devido à miscigenação, ignorando as desigualdades raciais e o racismo estrutural. No entanto, tal visão mascara as desigualdades enfrentadas pela população negra e perpetua a falsa crença de que barreiras raciais não existem, dificultando o reconhecimento do racismo como um problema estrutural.

****A sabatina "Akilombar" foi uma realização do "GT Luana Barbosa" em parceria com o Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Franca, Coletivo "As pretas de Franca", Núcleo Negro para Pesquisa e Extensão, Kilombo das Kitandeiras e Coletivo Angá. GT Luana Barbosa. Live no YouTube [vídeo]. Publicado em: 25 set. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/51gs-UcOVRc?feature=shared>. Acesso em: 21 jan. 2025.

Esse discurso pautado ainda na atualidade evidencia como o racismo estrutural se perpetua nas diversas camadas sociais, partindo de posições de poder e influenciando o tecido social de maneira ampla. Ou seja, a reeleição de um prefeito com esses ideais alimenta um ciclo de negligência que afeta diretamente as instituições e a sociedade como um todo, principalmente quando se trata das instituições do CRAS e do Centro POP, que, em suma maioria, lidam diretamente com a população negra. Vale ponderar que apenas um candidato à prefeitura fez menção à assistência social de maneira direta, abordando dados quantitativos e o estado atual de tais instituições, o que evidencia o apagamento dessas instituições ao se pensar no desenvolvimento da cidade.

Ademais, mesmo após o período eleitoral, a Secretaria de Ações Afirmativas se manteve irredutível em permitir a atuação da equipe de execução através do projeto. Apesar das tentativas de diálogo e das demandas apresentadas, a resposta da Secretaria continuou a ser de resistência, sem oferecer qualquer apoio para a implementação das ações previstas com o pretexto de não ser essa uma prioridade para a instituição.

Esse tipo de atitude reflete como as instituições podem, muitas vezes, ignorar ou dificultar ações que busquem atender às necessidades da população negra, mantendo práticas que excluem e marginalizam essas comunidades, tal fato é denominado “Racismo Institucional”. Nos termos de Silvio de Almeida (2021, p. 27):

“o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder”.

Interessante entendermos que quando órgãos como a Secretaria de Ação Social não se abrem ao diálogo e a práticas transformadoras, eles perpetuam um ciclo em que as demandas mais urgentes das populações historicamente marginalizadas permanecem sem respostas. Essas barreiras impostas pela instituição em questão são um atraso para o desenvolvimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2024, a equipe de execução do projeto de pesquisa científica intitulado *“Promoção do Acesso à justiça para a população negra de Franca e região: da universidade para a materialização da prática”*, objeto deste relatório, realizou diversas atividades de intervenção, dentro e fora dos muros da universidade. Tais intervenções foram de suma importância para evidenciar como o racismo institucional e estrutural continua sistematicamente enraizado nos mais diversos espaços do corpo social.

Como supracitado, o grupo realizou intervenções ao longo do período de pesquisa, as quais levaram o debate sobre raça a locais, entidades, órgãos públicos, grupos de extensão e pesquisa, que antes não se aproximavam do assunto com profundidade, apesar de ter como público atendido justamente pessoas de maioria negra. Entende-se que as intervenções realizadas foram apenas o início da formação de indivíduos e profissionais antirracistas, ou seja, não é o suficiente. Logo, o debate sobre raça deve ser permanente e constante nos espaços acadêmicos, corporativos, órgãos públicos e demais locais.

Além disso, frisa-se que apesar dos avanços que o movimento negro teve diante do debate racial, ainda enfrenta dificuldades para trabalhar as questões sobre raça na academia. É possível refletir que há uma estratégia sistemática para impedir que a academia pertença às pessoas negras como protagonistas de suas pesquisas e discussões, pois, os temas e demandas da população negra são julgados como relevantes apenas se forem objetos de estudo de pessoas brancas. Dessa forma, aponta-se sobre os impedimentos de atuação nos CRAS e Centro Pop, como uma barreira institucional de luta contra o racismo, visto que, apesar dos incansáveis esforços e inúmeras tentativas de diálogo para adequar as intervenções aos serviços, a devolutiva foi negativa.

No entanto, diante das intervenções realizadas e barreiras enfrentadas, refletiu-se acerca da importância da academia ser um espaço no debate e na construção social, principalmente no que diz respeito ao estudo e pesquisa racial. O movimento negro historicamente luta para que a população negra seja protagonista do debate acadêmico, e não mero objeto científico, atuando como intelectuais das pesquisas que promovem políticas públicas de justiça social e cidadania para as pessoas negras.

Sueli Carneiro, na construção de suas teses, defende que os espaços de poder precisam ter a mesma diversidade que a sociedade. Nesse sentido, é sábio afirmar que deve existir uma ponte entre a comunidade e o conhecimento acadêmico, com o fim de garantir a cidadania, haja vista que, somente assim as demandas da sociedade serão efetivamente atendidas, e não manter o privilégio e os interesses de exclusão da supremacia branca.

Portanto, não vê-se o presente projeto científico como conclusivo, pois sendo as ciências um espaço de luta contra o racismo e construção de indivíduos antirracistas, é preciso que haja continuidade e aumento de pesquisas raciais. Ademais, entende-se que uma das ferramentas para isso é justamente o apoio financeiro da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI), pois fora de grande auxílio à permanência na faculdade e um forte incentivo à iniciação científica de grupos socialmente vulneráveis.

AGRADECIMENTOS

A consolidação do projeto “*Promoção do Acesso à justiça para a população negra de Franca e região: da universidade para a materialização da prática*” é mais do que um produto acadêmico, mas a materialização de um sonho dividido por muitas gerações, sustentada por ancestrais que pavimentaram o caminho para que nossas reivindicações possam ecoar.

O silêncio que normalmente é colocado como imposição às nossas vozes, já não encontra abrigo entre nós, pois ao ocuparmos espaços de disputas, nossa voz ecoa – em grito, em palavra, em escrita – diante do silenciamento que invisibiliza a urgência de um povo que não aguenta mais sofrer calado perante às violências que os atravessam.

Através de uma teia de resistência, recuperamos de forma legítima o Direito de nos colocar contra o processo de submissão que enfrentamos diariamente em razão do histórico social que molda a experiência de pessoas negras na sociedade brasileira. Para além disso, o trabalho desenvolvido é a oportunidade de nós, enquanto grupo, encontrarmos força e admiração entre nossos pares, pois o processo de escrita é uma missão coletiva, dado que o conhecimento produzido dialoga com outros marcadores que vão além da raça, oportunizando a chance de olharmos através de uma lente interseccional que busca garantir de forma efetiva o sentido da diversidade, inclusão e equidade.

Em movimento de devolução à sociedade, buscamos fomentar a autocompreensão dos indivíduos dentro dos espaços sociais. Dessa forma, apresentamos discussões para promover um pensamento crítico que, embora busque preservar e garantir o direito de pessoas negras, só cumpre seu papel transformador quando rompe os muros da instituição e retorna às mãos de quem foi afastado dele, ganhando sentido, impacto e propósito.

Em razão do exposto, gostaríamos de agradecer firmemente ao nosso amigo e orientador, Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa, que com sua sensibilidade, senso de humanidade e compromisso em combater as injustiças sociais, nos enxergou como sujeitos detentores de um saber indispensável para a construção de uma sociedade pautada, sobretudo, no reconhecimento da raça como marcador principal para a construção de um Direito humanizado e verdadeiramente democrático.

Ao mesmo tempo, agradecemos à Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (PROADE) e à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (Unesp FCHS) por assegurar o financiamento necessário para a permanência estudantil, promover as ações afirmativas e fortalecer os espaços para que possamos atuar como agentes de transformação.

Por fim, agradecemos ao grupo “Pensar Negro: Direito, Políticas Públicas e Justiça Social” por promover um espaço de acolhimento e transmissão de conhecimento, uma vez que através da coletividade nos permitimos evoluir enquanto indivíduos que buscam, de forma incessante, transformar a ideia de justiça social e racial não em um conceito abstrato, mas em uma prática de insubordinação às desigualdades que nos cercam, bem como contribuir para a construção coletiva de um direito antirracista.

Somos a voz que ecoa, o quilombo acadêmico que desafia as estruturas e encontra valor na subjetividade de cada membro, compartilhando um desejo em comum: a verdadeira liberdade!

Equipe de Execução do Projeto CAADI – Franca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Júlio. **Vulnerabilidade**: critério para a adequação procedimental. Belo Horizonte: CEI, 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. In: CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2023.

FRANCA NAS ELEIÇÕES 2024. **O Tempo**, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/eleicoes/2024/candidatos/sao-paulo/franca>. Acesso em: 21 jan. 2025

GABBAY; Daniela Monteiro; COSTA, Susana Henriques da; ASPERTI, Maria Cecília Araujo. Acesso à justiça no brasil: reflexões sobre escolhas políticas e a necessidade de construção de uma nova agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 6 n. 3: set./dez. 2019. Disponível em: <https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/312>. Acesso em: 18 jan. 2025.

GRUPO PENSAR NEGRO. Publicação em 30 set. 2024. Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DAjjqtOyL97/?utm_source=ig_web_button_share_sheet&igsh=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em: 21 jan. 2025.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Sistema de Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais**. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUDESTE/SP/2045202024>. Acesso em: 21 jan. 2025.